

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

THIAGO AUGUSTO CAVALCANTE TOLEDO

Segregação socioespacial em São José dos Campos-SP:
o Jardim Nova Esperança (comunidade do Banhado) e as possibilidades para o
ensino de história

UBERLÂNDIA
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

THIAGO AUGUSTO CAVALCANTE TOLEDO

Segregação socioespacial em São José dos Campos-SP:

o Jardim Nova Esperança (comunidade do Banhado) e as possibilidades para o
ensino de história

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História (INHIS) da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
como requisito parcial à obtenção de título de
licenciatura em História.

Orientadora: Dra. Maria Andréa Angelotti
Carmo

UBERLÂNDIA
2025

THIAGO AUGUSTO CAVALCANTE TOLEDO

Segregação socioespacial em São José dos Campos-SP:

o Jardim Nova Esperança (comunidade do Banhado) e as possibilidades para o ensino de
história

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História (INHIS) da
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial à obtenção de título de
licenciatura em História.

Aprovado em: ____ de _____. de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Andréa Angelotti Carmo
Instituto de História - UFU
Orientadora

Prof.^a Ma. Lígia Gomes Perini
Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

Prof.^a Iara Toscano Correia
Instituto de História - UFU

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à **Deus**, por ter me dado foco, forças e fé para me manter até o final de minha jornada pela graduação. Agradeço também à minha **família** que sempre esteve ao meu lado me apoiando moralmente e financeiramente durante essa difícil jornada. À minha orientadora **Maria Andréa Angelotti** que aceitou me orientar durante esses tempos, me ensinando e guiando a pesquisa para o caminho certo. Aos meus dois grandes amigos **Vinicius Yuuki Soetani**, que mesmo estando distante fez questão de me apoiar da maneira que pôde e **Heloísa Ayumi Nishimaru de Lima**, que esteve comigo desde o começo até o final da graduação, me apoiando e me ajudando em diversas áreas da vida acadêmica e pessoal. E finalmente à **Universidade Federal de Uberlândia**, ao **corpo docente e funcionários** da instituição pela oportunidade de realização da minha primeira graduação.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo explorar criticamente as origens, lutas e disputas dentro do processo histórico de segregação sócio-espacial presentes na cidade de São José dos Campos, tendo como objeto de pesquisa principal o bairro central Jardim Nova Esperança, que desde sua origem, sofre com tal processo promovido pelo caráter higienista e sanitarista da cidade. A pesquisa possui como propósito apresentar como o tema se desenvolve na Base Nacional Comum Curricular, além da possibilidade de introduzir a história do bairro dentro das escolas de Ensino Básico da cidade através da utilização da micro-história/microanálise, com a finalidade de expor a problemática e gerar debates entre os alunos, possibilitando a construção de uma visão crítica a respeito da utilização dos espaços urbanos de São José dos Campos. Para desenvolver tal pesquisa foi necessário fazer um levantamento bibliográfico para introduzir a história do bairro de maneira entrelaçada, coesa e conexa com o crescimento da cidade e posteriormente abordar os problemas educacionais em torno da abordagem do tema em aulas de história, suas lacunas e possibilidades.

Palavras-chave: Segregação sócio-espacial; higienismo social; micro-história; ensino de história

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis aims to critically explore the origins, struggles, and conflicts within the historical process of sociospatial segregation in the city of São José dos Campos, focusing primarily on the central neighborhood of Jardim Nova Esperança. Since its inception, the neighborhood has suffered from segregation driven by the city's hygienist and sanitizing policies. The research seeks to demonstrate how this topic is addressed in the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), and explores the possibility of incorporating the history of the neighborhood into local Basic Education schools through the use of micro-history and microanalysis. The objective is to highlight this issue and foster discussion among students, encouraging the development of a critical perspective on the use of urban spaces in São José dos Campos. To support the research, a bibliographic review was conducted to present the neighborhood's history in an interconnected and coherent way with the city's growth, followed by an analysis of the educational challenges related to teaching this topic in history classes, including its gaps and potential.

Keywords: **Sociospatial segregation; social hygienism; micro-history; history teaching**

SUMÁRIO

1	Introdução.....	8
2	Apresentando a cidade de São José dos Campos.....	9
3	Epidemia de tuberculose, fase sanatorial e higienização social.....	11
4	A COMUNIDADE DO BANHADO: origens do assentamento e do retrato de desigualdade social.....	15
5	Possibilidades para o ensino do tema através da micro-história.....	24
6	Proposta para o ensino de História na educação básica.....	27
7	Considerações Finais.....	32
8	Referências Bibliográficas.....	33
9	Fontes.....	35

1. Introdução

O presente artigo, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivos investigar cronologicamente o processo histórico de segregação socioespacial em curso na cidade de São José dos Campos, os agentes sociais envolvidos, as lutas e disputas perante a turbulenta ocupação (ou conquista) do espaço urbano joseense, além de analisar como esse processo é abordado nos documentos educacionais oficiais brasileiros, havendo como objeto de análise fundamental a Base Nacional Comum Curricular, com o propósito de compreender de qual maneira a temática pode ser trabalhada nas salas de aula de ensino básico através da Microhistória (ou microanálise), sendo este método de ensino um alicerce à um aprendizado mais crítico.

Para investigar esse processo, foi utilizado como recorte histórico-espacial o bairro Jardim Nova Esperança, conhecido como Comunidade do Banhado, uma área de ocupação ilegal que sofre do processo de favelização, sendo próxima ao Centro Histórico da cidade e cujo os moradores sofrem das ininterruptas incursões repressivas da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal. Para realização deste artigo, foi utilizada como metodologia análises através da Microhistória, de maneira que fosse possível compreender as estruturas políticas e sociais de opressão do meio urbano a partir do pequeno universo da vida cotidiana. Sendo assim, foi necessário fazer um levantamento bibliográfico sobre a história do bairro e da cidade de maneira que ambos se entrelaçassem de maneira conexa e coesa. Para isso, utilizei como referencial bibliográfico, trabalhos das Doutoras em História Social Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti, para uma melhor investigação da história da cidade e do bairro Jardim Nova Esperança. Também foram utilizados como material bibliográfico escritos da Doutora em Serviço Social Mariangela Belfiore Wanderley e do sociólogo canônico Zygmunt Bauman, para compreender os conceitos de exclusão social e de segregação socioespacial.

Em relação ao que se concerne à análise da BNCC e a teorização da Microhistória, foram utilizados trabalhos da doutora em Educação Flávia Eloisa Caimi e do doutor em História Paulo Fernando de Souza Campos respectivamente. Além disso, foram utilizadas fontes jornalísticas digitais (G1 Globo, Ministério Público-SP e Sindicato dos Metalúrgicos de SJC), documentos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Base Nacional Comum Curricular e a Constituição Federal de 1988, além de fotos de autoria própria.

2. Apresentando a cidade de São José dos Campos

São José dos Campos é uma cidade localizada no interior de São Paulo, na região denominada Vale do Paraíba, cerca de 78 quilômetros de distância da capital São Paulo e 347 quilômetros da capital Rio de Janeiro. O município possui cerca de 697.428 habitantes, dos quais 681.842 vivem na zona urbana, sendo o trigésimo mais populoso do país de acordo com o último censo populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2022¹. O município possui como base econômica a indústria de alta tecnologia, sediando empresas como a Embraer, Ericsson, Philips, entre outras, além de instituições e centros de pesquisa científica como a UNESP, o INPE, o ITA e a FATEC, configurando um importante tecnopolis de material bélico-metalúrgico. Apesar de seu alto Índice de Desenvolvimento Humano (0,807) e de seu alto PIB per capita (61.315,88 reais)², a população mais pobre da cidade enfrenta problemas relacionados a habitação e ao direito à moradia, sendo afetada principalmente pela segregação sócio-espacial. Para melhor compreensão de seus problemas sociais, é necessário realizar uma análise das origens das primeiras ocupações que formavam o futuro município, seu processo de urbanização e suas políticas públicas.

Os primeiros povoamentos registrados da região remontam o século XVI, quando foi formada a fazenda jesuítica de nome “Aldeia do Rio Comprido”, que geograficamente faz fronteira com a atual cidade de Jacareí. O projeto jesuítico visava construir uma estrutura social na qual os indígenas, uma vez submetidos ao cristianismo, continuassem servindo aos colonos com os trabalhos nas roças e lavouras, o que evitava os olhares indesejados dos bandeirantes. Uma vez ali assentados, o projeto de catequese dos jesuítas culminou na construção da Igreja Matriz de São José em 1643, no centro que deu origem à cidade. Com o crescimento da Aldeia, São José foi elevada à Vila pelo Governador da Capitania, Morgado Mateus, com o objetivo de aumentar a vigilância da população indígena, evitando sua dispersão. A economia da Vila de São José do Parába, como antes era chamada, permaneceu pobre e plácida, sendo baseada na agricultura de subsistência até 1850, durante o auge da cafeicultura na região do Vale do

¹ IBGE. “Cidades e Estados”. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>

² IBGE. “São José dos Campos – Panorama”. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>

Paraíba. Diferentemente das demais cidades da região como Lorena, Bananal, Guaratinguetá, etc. que se tornaram grandes núcleos de produção cafeeira com barões possuindo um enorme contingente de escravos, São José dos Campos, apesar de sua pequena contribuição no comércio de café, nunca teve um papel de destaque no auge da cafeicultura vale paraibana. Porém, com o “ciclo do café” em ebulição, São José cresceu em número de habitantes, sendo elevada à categoria de cidade em 1864, recebendo o nome de “São José dos Campos” em 1872, sem criar fortes vínculos com a economia cafeeira dos municípios arredores³.

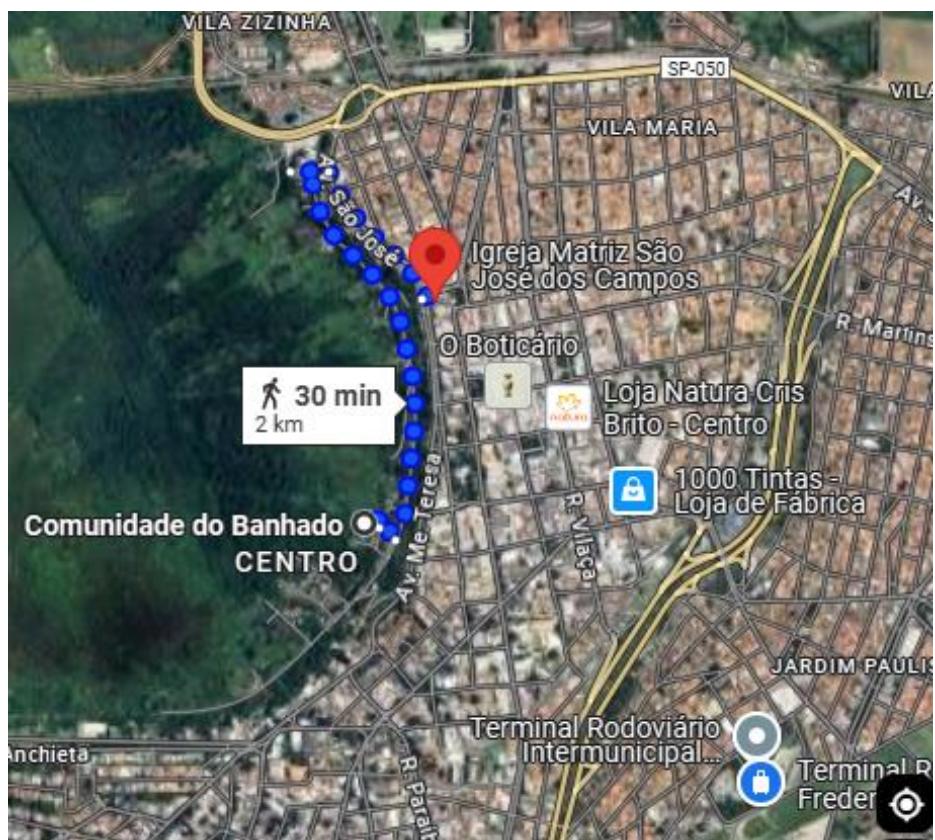


Igreja Matriz de São José, inaugurada em 1643. Acesso em 16/11/2024, disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2023/04/28/380-anos-da-igreja-matriz-de-sao-jose-dos-campos/>

A imagem acima é uma fotografia da Igreja Matriz de São José dos Campos, primeira capela construída na cidade, em 1643. Após seu desmoronamento decorrente de uma forte tempestade, a capela foi reconstruída em 1831, feita em taipa de pilão (barro amassado e

³ PAPALI, Maria; ZANETTI, Valéria & OLMO, Maria. São José dos Campos e sua história. **Câmara Municipal de São José dos Campos**. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/>

calcado) e posteriormente, em 1934, a igreja foi reformada, sendo desta vez construída em alvenaria⁴.



Distância da comunidade do Banhado em relação à histórica Igreja Matriz. Google Maps - Acesso em 17/11/2024

3. Epidemia de tuberculose, fase sanatorial e higienização social

A partir do final do século XIX e início do século XX, a epidemia de tuberculose chegara ao Brasil, dizimando a população mais pobre que vivia em condições insalubres e aglomeradas nos cortiços. No ano de 1898, a tuberculose foi a principal causa de morte da população mais pobre⁵. É nesse momento que a cidade de São José dos Campos se destaca:

⁴ São José dos Campos 243 anos. “Nossa História é feita de histórias”. Disponível em: [https://servicos.sjc.sp.gov.br/governo/243anos/curiosidades.htm#:~:text=A%20Igreja%20Matriz%20foi%20a,de%20barro%20amassado%20e%20calcado\).](https://servicos.sjc.sp.gov.br/governo/243anos/curiosidades.htm#:~:text=A%20Igreja%20Matriz%20foi%20a,de%20barro%20amassado%20e%20calcado).)

⁵ PAPALI, Maria; ZANETTI, Valéria & PINEIRO, Stefan. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TUBERCULOSE: UM BREVE ESTUDO SOBRE A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP. *CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015.

Utilizando da narrativa de possuir ares benéficos, salubres e úmidos e ao se tornar oficialmente uma Estância Climática e Hidromineral, a cidade passou a atrair diversos tubérculos das mais variadas regiões do país, em busca da cura.

É nesse contexto no qual a cidade se torna um complexo sanatorial, atraindo investimentos de instituições médicas, pensões e sanatórios voltados ao tratamento de tuberculose. Portanto a cidade cresce, se urbaniza e se moderniza no contexto higienista e sanatorial que emerge no final do século XIX, com a chegada de novos doentes e trabalhadores que laboravam na manutenção da nova estrutura sanitária da cidade, movimentando a economia municipal. Portanto, a fonte primária de capital do município girava em torno de serviços relacionados a profilaxia da tuberculose. Segundo PINHEIRO (2015), O comércio funerário se tornou um negócio atrativo, uma vez que a taxa de mortalidade tendo a tuberculose como causa não era baixa e, com o constante fluxo de doentes, também era alta a demanda por esquifes, ataúdes e caixões.

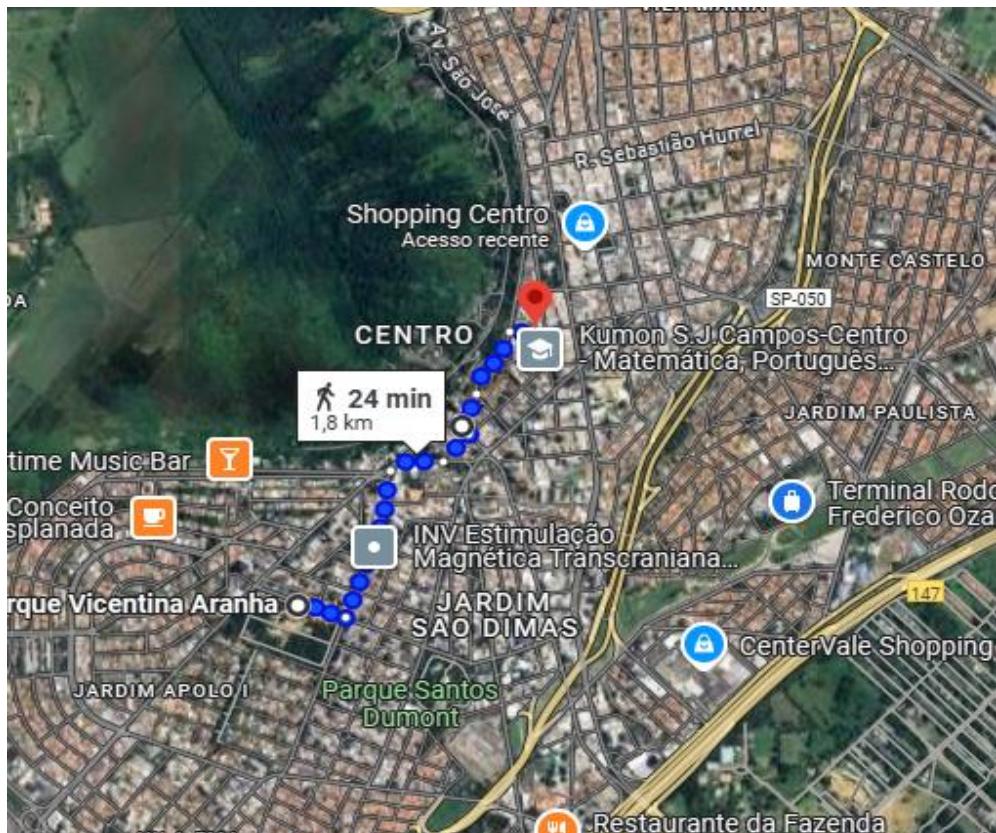
Pautada na lógica médica de higienização, a prefeitura de São José dos Campos inaugurou o Sanatório Vicentina Aranha em 1924, projeto desenvolvido pelo arquiteto Ramos de Azevedo. O terreno de 532.400 m², localizado próximo ao centro da cidade e da anteriormente citada Igreja Matriz de São José, foi adquirida pela Santa Casa de Misericórdia no valor de 5:000\$000 réis⁶. A instalação médica teve como objetivo controlar o contágio da doença e melhorar a qualidade de vida dos enfermos, que sofriam devido à falta de instalações com acomodação apropriada para os doentes que chegavam aos milhares na cidade, gerando insalubridade pela falta de higiene, o que descontentou a população. Apesar das melhorias na infraestrutura sanitária da cidade, ainda pairava o medo do contágio, gerando um quadro de segregação socioespacial, visto que a doença acometia os trabalhadores pobres que ocupavam os centros urbanos de produção. O medo gerado pela contaminação justificou a vigilância estatal dos enfermos, sequestrando aqueles que pairavam pelas ruas e forçando-os a viverem em pavilhões improvisados ou devolvidos para os locais de onde tinham partido, intensificando o processo de segregação socioespacial⁷.

⁶ SANTOS, Laís Martins dos. Vicentina Aranha de sanatório a parque: histórias e mudanças. 2014. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

⁷ PAPALI, Maria; ZANETTI, Valéria & PINEIRO, Stefan. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TUBERCULOSE: UM BREVE ESTUDO SOBRE A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE SÃO



Sanatório Vicentina Aranha antes (esquerda) e atualmente revitalizado (direita). Câmara Municipal de São José dos Campos (acesso em 17/11/2024). Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2024/04/01/100-anos-do-parque-vicentina-aranha/>



Distância do Vicentina Aranha em relação ao Centro Histórico da cidade via Google Maps (acesso em 17/11/2024)

Com a finalidade de aprimorar a análise do tema, se faz necessário conceituar o fenômeno “segregação social/socioespacial”. De acordo com a doutora em serviço social Mariangela Belfiore Wanderley (2008), a exclusão social é uma complexa movimentação sócio-histórica, presente em países ricos e pobres, onde grandes parcelas da população sofrem processos de exclusão através de diferentes fatores, como as restrições impostas pelas rápidas transformações do mundo do trabalho ou por consequência de modelos e estruturas econômicas da esfera de produção capitalista que geram desigualdades na qualidade de vida⁸. A invenção do conceito de exclusão/segregação social muitas vezes é atribuído ao ex-Ministro Delegado franco-argelino René Lenoir (1974), o qual produz uma reflexão sobre o fenômeno de exclusão como algo que parte da ordem social, tendo como principais fatores o rápido processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema educacional, o desenraizamento cultural gerado pela mobilidade profissional, desigualdades de renda e de acesso à serviços públicos, sendo uma manifestação em curso que atinge cada vez mais camadas sociais⁹.

O conceituado sociólogo Zygmunt Bauman, em seu livro “Danos Colaterais: Desigualdades Sociais Numa Era Global” também discorre a respeito dos conceitos e reflexões acerca da desigualdade social e segregação socioespacial. A análise do sociólogo considera que a desigualdade vai além do problema financeiro, porém tal fenômeno representa para a sociedade urbana, que é preenchida de estigmas e preconceitos, apenas uma ameaça à “lei e à ordem”, sem considerar que é um fator que afeta negativamente o tecido social, o bem-estar comunitário e a coesão da sociedade como um todo. Sendo assim, as pessoas mais desfavorecidas, as minorias sociais e étnicas são denominadas como “subclasses” pelas classes sociais mais tradicionais, um traço de desumanização dessa população, visto que esses indivíduos são excluídos dos direitos e privilégios que outras classes possuem, perdendo seu reconhecimento, dignidade e até mesmo sua humanidade¹⁰.

É possível observar tal fenômeno conforme a cidade de São José dos Campos se expande e ao mesmo tempo “higieniza” suas ruas centrais expulsando, com auxílio das

⁸ WANDERLEY, Mariangela Belfiore. AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. *Editora Vozes*. 2º Edição (2001). P. 16.

⁹ WANDERLEY, Mariangela Belfiore. AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. *Editora Vozes*. 2º Edição (2001). P. 17.

¹⁰ BAUMAN, Zygmunt. DANOS COLATERAIS: Desigualdades sociais numa era global. *Zahar*. 1º Edição (2013). P. 6-7.

autoridades locais, moradores mais pobres, demolindo suas moradias consideradas irregulares e incondizentes com o projeto de urbanização sanitária desenvolvido devido à epidemia de tuberculose. Tal fato, como analisado por Bauman, marginaliza e exclui os cidadãos considerados de “subclasse” das dinâmicas econômicas, da vida social e política do município.

4. A COMUNIDADE DO BANHADO: origens do assentamento e do retrato de desigualdade social

Concomitante ao cenário epidemiológico, a política da região foi condicionada a modificar sua estrutura urbana para um modelo higienista, alargando e criando novas ruas e avenidas amplas e retas, arborizando regiões e projetando bairros planejados com prédios e grandes estruturas urbanas, o que culminou na desapropriação de imóveis dos moradores da Orla do Banhado, que a propósito é o principal objeto dessa pesquisa. Localizado a 800 metros centro da cidade e a 4 quilômetros do antigo Sanatório Vicentina Aranha, a presença de habitações na região do Banhado já é registrada desde o século XIX pelo escritor e poeta português Augusto Emílio Zaluar em seu livro “Peregrinação pela Província de São Paulo”, onde cita os grandes brejos chamados de “banhados”, que formavam uma paisagem de calmaria e que aos pés da montanha estaria localizada um vilarejo, onde futuramente seria criada a Comunidade do Banhado, também chamada de Jardim Nova Esperança¹¹.

A região é visualmente apagada, sendo localizada numa encosta semicircular¹², ou seja, num nível de elevação abaixo do resto do centro da cidade, sendo necessário descer a encosta para alcançar os moradores do bairro, além da inevitabilidade de atravessar grandes porções de vegetação alta para atingir certos pontos da região, o que expõe o projeto de

¹¹ SILVA, Douglas; VIANA, Paula; ZANETTI, Valéria. PLANEJAMENTO URBANO, AGENTES E REPRESENTAÇÕES: CRIAÇÃO DO BANHADO, CARTÃO POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Ambiente e Sociedade* n. São Paulo v. XX, n. 2 p. 164.

¹² ZANETTI, Valéria; VIANA, Paula; SILVA, Douglas. PLANEJAMENTO URBANO, AGENTES E REPRESENTAÇÕES: CRIAÇÃO DO BANHADO, CARTÃO POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XX, n. 2 n pg.164 n abr.-jun. 2017. P.2

apagamento social daquela população. As ruas da vizinhança não possuem pavimentação tampouco uma rede de esgoto legalizada, escolas ou hospitais. Além disso, os moradores são proibidos, pela Lei Federal de Conservação Ambiental 9.985/2000, de comprar, vender, construir ou ampliar qualquer tipo de imóvel na região, sendo considerado um núcleo congelado, o que fere o direito à moradia dos residentes do bairro. Além disso, uma unidade móvel e uma viatura da Guarda Civil Metropolitana joseense foram postas em serviço em frente à entrada do Banhado, o que gera intimidação frente aos descontentamentos da população local.

Banner municipal posto em frente ao Jardim Nova Esperança



Banner da Prefeitura de São José dos Campos em frente à comunidade Nova Esperança(03/02/2025). Acervo pessoal.

O banner acima, posto em frente a comunidade Nova Esperança, expõe uma mensagem: “Núcleo Congelado”, também chamado de núcleo urbano informal congelado. Tal

expressão define uma área de ocupação urbana irregular que, por decisão do poder público, tem sua expansão proibida. Essa medida visa controlar o crescimento demográfico do local e evitar a formação de novos assentamentos informais. A prática de congelamento é prevista na **Lei Federal nº 13.465/2017**, que trata da regularização fundiária no Brasil. Segundo tal lei, os municípios podem adotar o congelamento de núcleos urbanos informais consolidados para prevenir a formação de novas ocupações irregulares¹³.

Viaturas em frente à comunidade



Unidade móvel e viatura da Guarda Civil Municipal em frente à entrada do Jardim Nova Esperança (03/02/2025). Acervo pessoal.

¹³ **Núcleo Urbano Informal Consolidado.** Revista *Âmbito Jurídico* (01/12/2017). Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/nucleo-urbano-informal-consolidado/>

Jardim Nova Esperança visto de cima



Foto aérea da comunidade do banhado. TV Vanguarda (19/05/23), disponível em:
<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/05/19/justica-da-prazo-tres-dias-para-moradores-aceitarem-cadastramento-de-familias-do-banhado-em-sao-jose.ghml>

Jardim Nova Esperança visto da avenida Madre Teresa, Centro - SJC



Rua do bairro Jardim Nova Esperança (03/02/2025). Acervo pessoal.

As duas fotos anteriores explicitam o apagamento visual da comunidade, suas ruas tomadas por vegetação sem cuidados próprios reforçam o esquecimento social do Estado perante as mais de 250 famílias que ali residem. Ao caminhar pelas ruas do bairro, percebe-se a insalubridade local com o lixo que infesta o ambiente e expõe os moradores aos diversos perigos sanitários. Por ser uma zona ambiental ocupada que se compõe na ilegalidade, presume-se que serviços públicos como saneamento básico, energia elétrica, coleta de lixo e redes de esgoto não atendem as demandas da população do bairro, fato que impede os moradores de usufruírem de um bem-estar social que os bairros dos arredores desfrutam, corroborando com o quadro de segregação socioespacial na cidade.

Diferentemente do restante do município de São José dos Campos, as habitações do Banhado não surgiram devido somente à atração sanatorial do município, mas principalmente pelas possíveis oportunidades de emprego na zona urbana, atraindo pobres trabalhadores rurais provenientes da enfraquecida e ultrapassada economia agrária do sul de Minas Gerais. Uma vez estabelecidos, os trabalhadores rurais passaram a exercer atividades agrícolas e comércio ambulante no Centro Histórico da cidade, usufruindo da infraestrutura local e dos serviços urbanos disponíveis, além da disponibilidade de clientes compradores de produtos alimentícios. Ademais, o acesso às terras férteis do Banhado e a inauguração da Linha Férrea do Limoeiro em 1898 que margeava a região foi mais um atrativo para a população mais

pobre, em função das possíveis oportunidades de emprego¹⁴. Com o crescimento populacional e a falta de auxílio estrutural no bairro, o processo de favelização se intensificou, culminando na primeira grande desapropriação de imóveis da região. Ocorrida entre 1938 e 1941 e comandada pelo engenheiro sanitário Francisco José Longo sob tutela do prefeito Adhemar de Barros, a desocupação tinha como objetivo construir um sistema viário de transporte, com a finalidade de modernizar a cidade. Para tal feito, foi necessária a demolição de várias moradias da região e a expulsão de seus antigos moradores para as distantes periferias da cidade.

Os problemas relacionados a desapropriação de imóveis, políticas higienistas e segregacionistas permanecem até a atualidade, sendo o bairro alvo de violentas investidas da Guarda Municipal e da Polícia Militar, intensificando-se a partir do ano de 2021, quando a prefeitura da cidade entrou na justiça com um pedido liminar de remoção imediata das famílias e propôs uma indenização no valor de 110 mil reais para as famílias que deixarem suas casas, um valor irrisório e incompatível como explicitou o blog “Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região”¹⁵. Desde então, a disputa pela região entre a prefeitura e os moradores, ocasionaram a demolição e a desapropriação de imóveis, sendo noticiados em jornais como “G1 Globo”, “CBN Vale” e “Esquerda Diário”.

O bairro, cujo atual nome é “Jardim Nova Esperança” localizado no Banhado sofre represálias das instituições governamentais das mais variadas formas. No ano de 2012, a prefeitura joseense criou o “Parque Municipal do Banhado”, uma área de conservação ambiental que ocupa um terço do banhado, incluindo áreas que abrangem as residências do Jardim Nova Esperança, como é noticiado no blog G1 Globo do Vale do Paraíba e Região. A medida é usada como justificativa para as gestões municipais para as investidas violentas da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, tendo tais ações refletidas no pedido feito pela gestão municipal à Justiça para remoção e desocupação dessas casas, negando-lhes o acesso à moradia. Em outro processo, a Defensoria Pública e a Associação de Moradores do local

¹⁴ IGUEIREDO, A. L.; OYAMA, A.; TAMANAKA, N.; GOMEZ, R.; TAVARES, J. & FANTIN, M. (2019). Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Instrumento de Resistência Técnica e Política. *Indisciplinar*, 5(2), 138–163.

¹⁵ “Famílias do Banhado lutam para manter moradias em São José”. Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/5794/familias-do-banhado-lutam-para-manter-moradias-em-sao-jose>

pediam a regularização do bairro¹⁶, simbolizando uma disputa entre o direito à moradia e a segregação socioespacial.

No dia 16 de dezembro de 2023, próximo ao Natal, A Justiça determinou a remoção imediata das famílias moradoras do Jardim Nova Esperança, com o uso da força policial. O documento redigido cita “risco de dano irreparável” e que tal dano “consubstanciado na possibilidade de intensificação da ocupação e dos danos ambientais em área de grande relevância ambiental”, reforçando que o caráter higienista e segregacionista da cidade ainda está presente na sociedade joseense. Um dos moradores do bairro, Renato Leandro Vieira, em uma entrevista com o G1 Globo do Vale do Paraíba e Região afirma:

“Os moradores já estão acostumados na verdade, então eles ficam em alerta. É a casa deles que está em jogo, é óbvio, mas a gente está preparado, a gente sabia que poderia acontecer esse tipo de coisa e nós vamos continuar na luta, porque nós temos o direito a essa terra aqui”¹⁷.

A disputa entre os moradores do bairro e a gestão municipal joseense resultou num conflito entre os residentes e a Polícia Militar quatro dias depois da determinação da Justiça de remoção imediata das famílias (20/12/2023). O confronto ocorreu durante trabalho de demarcação da área, que indica o número de famílias que serão atingidas pela decisão da Justiça. Segundo a Rede Vanguarda, afiliada da Rede Globo, ao menos dois moradores ficaram feridos no evento, além dos moradores haverem sido impedidos de circularem pelas ruas de suas próprias casas.

As políticas segregacionistas e de negação do direito à moradia que permanecem nos preceitos da gestão municipal podem ser observadas através do descumprimento do Estatuto da Cidade, que de acordo com o segundo artigo da lei 10.257/2001 (BRASIL 2001), a política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

¹⁶ “Entenda a disputa antiga entre Prefeitura de São José dos Campos e moradores do Banhado”. G1 Globo, Vale do Paraíba e Região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/12/18/entenda-a-disputa-antiga-entre-prefeitura-de-sao-jose-dos-campos-e-moradores-do-banhado.ghtml>

¹⁷ Justiça determina remoção imediata de moradores do Jardim Nova Esperança, no Banhado, em São José”. G1 Globo, Vale do Paraíba e Região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/12/17/justica-determina-remocao-imediata-de-moradores-do-jardim-nova-esperanca-no-banhado-em-sao-jose.ghtml>

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV - Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais¹⁸.

O caso analisado no bairro Jardim Nova Esperança não é isolado ou fora da curva do comum. A gestão da cidade tem um histórico de expulsão e desapropriação de imóveis de populações mais vulneráveis como forma de tratar paliativamente os problemas sociais do município, ocasionando uma falsa sensação de segurança e combate ao crime. Outras ocupações da cidade também sofreram com os processos de expulsão e higienização social, como a atualmente desocupada comunidade do Pinheirinho, que chegou a abrigar 7 mil pessoas (cerca de 1500 famílias), onde cerca de 2600 sem-tetos eram crianças de 0 a 10 anos que abrigavam a área de um estabelecimento falido e abandonado há mais de 30 anos do conglomerado empresarial *Selecta S/A*, cujo proprietário era o empresário libanês-brasileiro Naji Nahas¹⁹.

Em janeiro de 2012, após desacordos na Justiça, a comunidade foi ocupada sob violenta repressão da Polícia Militar. O promotor de justiça Laerte Fernando Levai relata:

¹⁸ BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm

¹⁹ FORLIN, Luiz Gustavo; COSTA, Sandra M. F. **Urbanização e segregação sócio-espacial em São José dos Campos: o caso do Pinheirinho.** *Revista Geosul*, v.25, n.49, p.123-158, jan./jun. 2010. P.14

“A reintegração da área foi feita com lançamento de bombas de gás e tiros de borracha nos moradores, e nem mesmo as crianças foram resguardadas dos atos violentos, presenciando elas, muitas vezes, seus próprios pais apanhando da polícia”²⁰.

De acordo com o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, 2 pessoas morreram na desocupação, vítimas da brutalidade da operação policial, e o terreno do Pinheirinho, mesmo após 10 anos da operação e com 1 milhão de metros quadrados, foi abandonado novamente, sem exercer qualquer outra função social²¹. Ao analisar os processos de segregação socioespacial presentes no Banhado e na antiga ocupação do Pinheirinho, nota-se que esse fenômeno está enraizado como uma constituição do caráter político-social de São José dos Campos e afeta os usos e os não-usos dos espaços públicos da cidade, fato que configura uma herança das políticas higienistas do século passado, que associavam a condição de pobreza à propagação de doenças e vícios, além de representarem os pobres moradores dos cortiços e favelas como uma ameaça à noção de civilidade e à utopia burguesa de uma cidade limpa e organizada, longe da insalubridade manifestada nas periferias²².

Policiais Militares em conflito com moradores do Banhado

²⁰ MP Denuncia Coronel da PM por abuso de autoridade na desocupação do Pinheirinho. **Ministério Público de São Paulo (MPSP)**. 01 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.mppsp.mp.br/w/mp-denuncia-coronel-da-pm-por-abuso-de-autoridade-na-desocupa%C3%A7%C3%A3o-do-pinheirinho>

²¹ Massacre do Pinheirinho completa 10 anos. Não Esqueceremos! **Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região**. 10 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/5826/massacre-do-pinheirinho-completa-10-anos-nao-esqueceremos>

²² SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 32, jan./abr. 2013, p. 213 - 214



Confusão entre moradores e policiais militares no Banhado, em São José dos Campos — Foto: José Eymard/ TV Vanguarda. Acesso em 17/11/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiaba-regiao/noticia/2023/12/20/pm-e-moradores-se-envolvem-em-confusao-no-parque-do-banhado-em-sao-jose-dos-campos-sp.ghtml>

5. Possibilidades para o ensino do tema através da micro-história

Explicitado o problema gerado pela rápida urbanização e consequente segregação socioespacial no Jardim Nova Esperança, se faz necessário, como futuro licenciado em História, propor e compreender como o tema (segregação socioespacial) pode ser abordado em aulas da rede básica de ensino, de maneira que se relacione com os documentos e normas curriculares educacionais brasileiras. Para isso, se fez necessário realizar uma análise da elaboração da Base Nacional Comum Curricular e como o tema citado se expressa no documento.

Fruto de intensas lutas e disputas políticas do período pós-impeachment da então presidente eleita Dilma Rousseff, foi homologada em 2017, através da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP nº 2), a Base Nacional Comum Curricular, sendo constituída como um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo aplicado exclusivamente à educação escolar, sendo, em teoria, orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e

à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, sendo uma referência nacional para a formulação dos currículos das redes escolares estaduais, municipais e do Distrito Federal. Sendo assim, os conteúdos escolares do documento são divididos em “competências” e “habilidades”, que devem ser desenvolvidos em conjunto entre os alunos e os professores, além da flexibilização das matérias e priorização do ensino em tempo integral.

Entretanto, essa proposta do Ministério da Educação se distancia da realidade vivida pelo cenário educacional brasileiro. Segundo as historiadoras Sandra Oliveira e Flávia Caimi (2021), o documento se apresenta à sociedade como uma régua homogeneizadora dos conteúdos da educação básica, desconsiderando a realidade educacional do país, isso envolve as diferenças orçamentárias, a quantidade de recursos didáticos e financeiros de cada Estado brasileiro e a realidade vivida por cada estudante brasileiro. Ademais, o documento educacional foi homologado de forma arbitrária ao desconsiderar as solicitações de diversos setores educacionais e professores da educação básica para a ampliação do debate e melhor organização do documento, infringindo os preceitos de educação democrática e com o viés crítico dos profissionais da educação²³.

Partindo para os conteúdos presentes na área de Ciências Humanas na BNCC, nota-se que a temática “segregação socioespacial” aparece raramente e de maneira generalizada nas disciplinas de Ciências Humanas, mais especificamente nas habilidades de Geografia do 8º ano do ensino fundamental.

Na área de História, tem-se as seguintes habilidades que viabilizam a discussão da temática:

- EF09HI01: Analisar as formas de desigualdade social e suas origens históricas, incluindo processos de segregação racial, econômica e espacial.
- EF09HI02: Compreender o impacto das políticas de segregação e exclusão na formação das cidades e na vida das populações.

Essa lacuna educacional presente no principal documento da educação básica brasileira expõe o índole elitista da elaboração da Base Curricular, que prioriza uma História, em essência, tradicionalista e eurocêntrica, ao dar primazia apenas aos chamados grandes

²³ OLIVEIRA, Sandra R. F.; CAIMI, Flávia E. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. *Educar em Revista, Curitiba*, v. 37, e77041, 2021. P. 3

eventos e figuras históricas ditas importantes para a história ocidental, desrespeitando o caráter cultural e popular da historiografia atual, ato que impede a viabilização de desenvolvimento de um pensamento crítico entre os estudantes e consequentemente impede as possibilidades de promoção e cobrança por justiça social dentro dos municípios, deixando os alunos alheios aos problemas urbanos que lhes cercam.

Apesar da generalização e falta de aprofundamento no conteúdo presente na BNCC, os professores da educação básica podem ter a possibilidade de abordar os temas previstos no documento através da micro-história ou história regional, sendo possível assim desenvolver a temática abordada neste trabalho em sala de aula, de maneira que os alunos se sintam mais próximos da matéria estudada, viabilizando um aprendizado menos abstrato em relação à realidade vivida dos estudantes.

Desenvolvida na Itália durante a década de 1970 e popularizada pelos historiadores Carlo Guinzburg, Edoardo Grendi e Giovanni Levi, a micro-história, também chamada de microanálise, surge como uma corrente historiográfica que reformula as noções de escala de análise ao prestigiar fontes históricas antes vistas como insignificantes como experiências cotidianas, relatos de personagens anônimos, tramas e pequenos enredos construídos por pessoas comuns que passam despercebidos pelas narrativas históricas tradicionais²⁴. Para Boris Fausto, historiador brasileiro, a microanálise permite ao historiador reduzir a escala de observação, a fim de apreciar ações humanas e significados que passam despercebidos quando se lida com grandes questões sociais, concentrando essa escala em pessoas comuns, além da possibilidade de extrair de fatos aparentemente corriqueiros uma dimensão de estudo sociocultural relevante²⁵. É necessário salientar que apesar de considerar os aspectos individuais como importantes para a compreensão das nuances históricas, a microanálise não se opõe às análises em grande escala, mas permite perceber a experiência individual como um fragmento particular e original da macroanálise, portanto tais linhas históricas não se anulam,

²⁴ CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA. *Revista de Teoria da História*, Volume 19, Número 1, Junho/2018Universidade Federal de Goiás—ISSN: 2175 –5892. P.237

²⁵ CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA. *Revista de Teoria da História*, Volume 19, Número 1, Junho/2018Universidade Federal de Goiás—ISSN: 2175 –5892. P.237-238

entretanto, se correlacionam e reinventam possibilidades de compreensão dos processos históricos²⁶.

Tal linha historiográfica serve de alicerce para estudos vinculados às massas populares, indivíduos em situação de vulnerabilidade social, representando questões locais e causas sociais que muitas vezes são afastadas dos documentos oficiais e discursos hegemônicos que não representam determinados grupos sociais, além de atrair o interesse, participação e representatividade dos mais distintos setores sociais²⁷. Sendo assim, A microhistória é uma metodologia alternativa às abordagens totalizantes, propondo novas estratégias que visam (re)validar o discurso histórico frente ao desafio de construir um conhecimento válido e factível, onde certos aspectos podem não ser percebidos através de análises macroestruturais²⁸, sendo possível a utilização da metodologia em aulas de história no ensino básico.

6. Proposta para o ensino de História na educação básica

A micro-história ou história local, permite ao professor de história e aos estudantes explorarem mutuamente os aspectos mais íntimos da experiência humana, analisando vozes e grupos muitas vezes silenciados pelas narrativas tradicionais do ensino histórico. Esse campo de análise historiográfica oferece uma visão mais detalhada e humana dos eventos e das práticas sociais, enquanto amplia a compreensão das estruturas sociais, políticas e econômicas, revelando contradições e lacunas presentes na documentação dos processos históricos que são essenciais para o desenvolvimento científico e debates críticos nas salas de aula do ensino básico.

Pelo fato da micro-história se correlacionar com as análises históricas “globais”, é possível desenvolver aulas de história que relacionem o tema dessa pesquisa, que visa

²⁶ CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA. *Revista de Teoria da História*, Volume 19, Número 1, Junho/2018Universidade Federal de Goiás—ISSN: 2175 –5892. P.238

²⁷ CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA. *Revista de Teoria da História*, Volume 19, Número 1, Junho/2018Universidade Federal de Goiás—ISSN: 2175 –5892. P.239

²⁸ SINOTI, Kárita; JUNIOR, Odilon; GANDRA, Edgar. O ENSINO DE HISTÓRIA E A ABORDAGEM DOS MÉTODOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL E MICRO HISTÓRIA. *Contribuciones a las Ciencias Sociales* (2022). DOI:[10.51896/CCS/FMXY7905](https://doi.org/10.51896/CCS/FMXY7905) p.5

compreender os processos e origem da segregação sócio-espacial na sociedade urbana brasileira utilizando o bairro aqui estudado, o Banhado ou Jardim Nova Esperança, através de análises sociais em pequena escala, sendo viável vincular tal abordagem com as políticas higienistas urbanas do século XX e às questões de ocupação dos espaços públicos das cidades modernas, abrangendo os conteúdos, habilidades e objetos do conhecimento previstos da BNCC e aqui analisados.

Como futuro licenciado em história, vislumbro a necessidade de propor uma atividade pedagógica que utiliza da micro-história como alicerce para compreender os diversos problemas sociais urbanos, inclusive a segregação sócio-espacial, fenômeno presente diversas cidades brasileiras, sendo possível desenvolver uma aula mais coesa e conexa com a realidade dos alunos. O texto aqui produzido sobre a cidade de São José dos Campos, pode, em certa medida, ser adaptada para outras realidades e outras cidades. Assim, pode ser utilizado como um texto base para a discussão com os estudantes em que o/a professor/a estimulem-os a analisarem em uma aula dialogada, incentivando-os a debaterem sobre os problemas urbanos que lhes cercam e como impactam a vida e as diversas realidades vividas entre os estudantes. O(a) professor(a) deve também fazer o uso de imagens que retratem essa realidade no ambiente urbano local e, concomitantemente, comparando com os problemas sociais de outras cidades no âmbito nacional e internacional, realizando uma ponte educativa com a chamada história “global”.

Entre os principais temas e objetivos que podem ser abordados nas discussões por professores/as e estudantes pode-se citar:

1. Compreender as desigualdades sociais e espaciais na sociedade;
2. Analisar criticamente as formas de segregação socioespacial presentes no espaço urbano e também rural.
3. Reconhecer a importância da inclusão social e das políticas públicas para reduzir as desigualdades.
4. Refletir sobre as dinâmicas de urbanização, crescimento das cidades e suas implicações na segregação social.
5. Entender o papel das instituições e das ações coletivas na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essas habilidades visam desenvolver nos estudantes uma compreensão crítica sobre as desigualdades e a importância de ações que promovam a inclusão social.

O(a) professor(a) pode, ademais, propor uma atividade avaliativa na qual os discentes realizam sua própria pesquisa a respeito dos diversos problemas sociais que compreendem os ambientes urbanos brasileiros, podendo os resultados do trabalho serem apresentados em forma de seminário ou em diálogos críticos entre os próprios alunos, sendo uma possibilidade viável que promove uma educação alternativa, mais focada no desenvolvimento do senso crítico dos alunos e que possibilite a formação de cidadãos engajados em causas e lutas sociais. Sendo assim, a atividade em questão pode ser desenvolvida da seguinte maneira:

Plano de Aula: Segregação Socioespacial nas Cidades Brasileiras - o caso do Banhado e a Microhistória como metodologia de ensino

Objetivos Gerais:

- Analisar criticamente as desigualdades sociais e a segregação socioespacial no contexto brasileiro utilizando o caso do Banhado como exemplo.
- Compreender o conceito de micro-história e sua aplicação na análise de problemas sociais urbanos.
- Estimular o senso crítico e a reflexão sobre as políticas públicas e ações coletivas na promoção da inclusão social.

Aula 1 (50 minutos): Introdução à Micro-história e ao Contexto Urbano

1. Abertura (10 minutos):

- Apresentação do tema: micro-história como ferramenta para entender a experiência humana e os problemas socioespaciais urbanos.
- Discussão rápida: o que os estudantes sabem sobre segregação social e desigualdades nas cidades brasileiras.
- Exemplificação de segregação socioespacial: apresentação do caso do Banhado e de sua população como agente histórico-social que sofre do fenômeno de segregação.

2. Exposição teórica (15 minutos):

- Conceito de micro-história e sua relação com análises sociais em pequena escala.
- Como essa abordagem permite compreender contradições e lacunas nas narrativas tradicionais da história.
- Relação com o bairro estudado (exemplo do Banhado ou Jardim Nova Esperança) e a ocupação do espaço urbano.

3. Atividade de análise (20 minutos):

- Distribuição de um texto adaptado sobre a cidade de São José dos Campos, relacionando com a realidade local dos estudantes.
- Orientação para leitura crítica e identificação de elementos que evidenciem desigualdades e segregação.
- Discussão em pequenos grupos: como esses problemas se manifestam na cidade de cada estudante?

4. Encerramento (5 minutos):

- Reflexão coletiva: por que é importante entender a história local para compreender os problemas sociais atuais?

Aula 2 (50 minutos): Debates, Imagens e Propostas de Ação

1. Revisão rápida (5 minutos):

- Retomar os principais pontos da aula anterior e as impressões dos estudantes.

2. Análise de imagens e comparação (15 minutos):

- Apresentar imagens do ambiente urbano local e de outras cidades brasileiras e internacionais.
- Debate: o que essas imagens revelam sobre segregação, desigualdade e inclusão social?

3. Discussão orientada (20 minutos):

- Temas principais:
 - Desigualdades sociais e espaciais
 - Políticas públicas e ações coletivas
 - Dinâmicas de urbanização

- Os estudantes podem sugerir exemplos de ações que poderiam melhorar a convivência e promover a inclusão na cidade

4. Atividade final (10 minutos):

- Proposta de pesquisa individual ou em grupo: os estudantes escolhem um problema social urbano de sua cidade ou bairro para investigar, usando a micro-história como método.

Apresentação rápida das propostas e incentivo à elaboração de um seminário ou diálogo crítico para a próxima aula.

5. Indicação bibliográfica para apoio à realização das aulas:

- Em relação à segregação socioespacial e ao caso do Banhado: BAUMAN, Zygmunt. DANOS COLATERAIS: Desigualdades sociais numa era global. Zahar. 1º Edição (2013); SILVA, Douglas; VIANA, Paula; ZANETTI, Valéria. PLANEJAMENTO URBANO, AGENTES E REPRESENTAÇÕES: CRIAÇÃO DO BANHADO, CARTÃO POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XX, n. 2 n pg.164 n abr.- jun. 2017; BARROS, José D'Assunção. História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017
- Em relação à microhistória: GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.; SINOTI, Kárita; JUNIOR, Odilon; GANDRA, Edgar. O ENSINO DE HISTÓRIA E A ABORDAGEM DOS MÉTODOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL E MICRO HISTÓRIA. Contribuciones a las Ciencias Sociales (2022).

Avaliação:

- Participação nas discussões
- Análise crítica do texto e das imagens
- Proposta de pesquisa e apresentação final

7. Considerações Finais

A região conhecida como Banhado, que se localiza próxima ao centro de São José dos Campos, tem uma história marcada por dificuldades e conflitos. Desde o século XIX, já se sabia que ali existiam casas em meio a grandes brejos chamados de “banhados”, que formavam uma paisagem amena e tranquila. Com o tempo, a área foi crescendo demograficamente com a migração de moradores que buscavam oportunidades de trabalho, principalmente pessoas mais pobres do sul de Minas Gerais, que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida na zona urbana. A história do Banhado mostra como a cidade muitas vezes prioriza o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental em detrimento das pessoas que vivem ali. Essa situação reflete uma política de segregação social, que trata os moradores mais pobres como se eles fossem um empecilho para o “progresso” da cidade a ser eliminado, ao invés de cidadãos com direitos plenos. Essa prática, que também aconteceu em outros lugares de São José dos Campos, como na antiga ocupação do Pinheirinho que foi desocupada de forma violenta em 2012, explicita que os processos de segregação socioespacial são uma antiga prática do Estado presente no município de São José dos Campos e em outras cidades médias e grandes do país. Por esse motivo, é imprescindível o incentivo da prática de reflexão sobre o direito à moradia e justiça social nas pesquisas historiográficas e nas salas de aula de ensino básico, sendo isto uma forma de luta por políticas públicas que respeitem e garantam os direitos de todas as pessoas, especialmente das socialmente mais vulneráveis.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Vozes, 2017

BAUMAN, Zygmunt. DANOS COLATERAIS: Desigualdades sociais numa era global. *Zahar*. 1º Edição (2013).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. MICROANÁLISE: INTERDISCIPLINARIDADE E TEORIA DA HISTÓRIA. *Revista de Teoria da História*, Volume 19, Número 1, Junho/2018Universidade Federal de Goiás—ISSN: 2175 –589

FIGUEIREDO, A. L.; OYAMA, A.; TAMANAKA, N.; GOMEZ, R.; TAVARES, J. & FANTIN, M. (2019). Conflitos Socioambientais e o Plano Popular do Banhado como Instrumento de Resistência Técnica e Política. *Indisciplinar*, 5(2), 138–163. WANDERLEY, Mariangela Belfiore. AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. *Editora Vozes*. 2º Edição (2001).

FORLIN, Luiz Gustavo; COSTA, Sandra M. F. Urbanização e segregação sócio-espacial em São José dos Campos: o caso do Pinheirinho. *Revista Geosul*, v.25, n.49, p.123-158, jan./jun. 2010

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

OLIVEIRA, Sandra R. F.; CAIMI, Flávia E. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. *Educar em Revista, Curitiba*, v. 37, e77041, 2021

PAPALI, Maria; ZANETTI, Valéria & OLMO, Maria. São José dos Campos e sua história. Câmara Municipal de São José dos Campos. Disponível em: <https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/>

PAPALI, Maria; ZANETTI, Valéria & PINEIRO, Stefan. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA TUBERCULOSE: UM BREVE ESTUDO SOBRE A ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP. CONTRAPONTO: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2, n. 2, ago. 2015.

SANTOS, Laís Martins dos. Vicentina Aranha de sanatório a parque: histórias e mudanças. 2014. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014

SILVA, Douglas; VIANA, Paula; ZANETTI, Valéria. PLANEJAMENTO URBANO, AGENTES E REPRESENTAÇÕES: CRIAÇÃO DO BANHADO, CARTÃO POSTAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XX, n. 2 n pg.164 n abr.-jun. 2017

SINOTI, Kárita; JUNIOR, Odilon; GANDRA, Edgar. O ENSINO DE HISTÓRIA E A ABORDAGEM DOS MÉTODOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL E MICRO HISTÓRIA. *Contribuciones a las Ciencias Sociales* (2022). DOI:[10.51896/CCS/FMXY7905](https://doi.org/10.51896/CCS/FMXY7905) p.5

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, nº 32, jan./abr. 2013, p. 213 - 214

TEIXEIRA, Renata. CARLO GINZBURG E A MICROHISTÓRIA EM SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA. *Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF*, 14(1) (2015). Recuperado de <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/5320>

9. FONTES

IBGE. “Cidades e Estados”. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>

IBGE. “São José dos Campos – Panorama”. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>

“Famílias do Banhado lutam para manter moradias em São José”. Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://www.sindmetalsjc.org.br/n/5794/familias-do-banhado-lutam-para-manter-moradias-em-sao-jose>

“Entenda a disputa antiga entre Prefeitura de São José dos Campos e moradores do Banhado”. G1 Globo, Vale do Paraíba e Região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiaba-regiao/noticia/2023/12/18/entenda-a-disputa-antiga-entre-prefeitura-de-sao-jose-dos-campos-e-moradores-do-banhado.ghtml>

“Justiça determina remoção imediata de moradores do Jardim Nova Esperança, no Banhado, em São José”. G1 Globo, Vale do Paraíba e Região. Acesso em 17/11/2024, disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiaba-regiao/noticia/2023/12/17/justica-determina-remocao-imediata-de-moradores-do-jardim-nova-esperanca-no-banhado-em-sao-jose.ghtml>

MP Denuncia Coronel da PM por abuso de autoridade na desocupação do Pinheirinho. Ministério Público de São Paulo (MPSP). 01 de novembro de 2013. Disponível em: <https://www.mppsp.mp.br/w/mp-denuncia-coronel-da-pm-por-abuso-de-autoridade-na-desocupa%C3%A7%C3%A3o-do-pinheirinho>

Núcleo Urbano Informal Consolidado. Revista *Âmbito Jurídico* (01/12/2017). Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/nucleo-urbano-informal-consolidado/>